

SENADO

Aprovadas regras para emendas

Texto-base do PL com diretrizes para o uso de emendas parlamentares foi aprovado ontem. Hoje, devem ser votados os destaques

O Senado aprovou ontem, por 46 votos a 18, o texto-base do projeto de lei com novas regras para o uso de emendas parlamentares ao Orçamento da União. Os senadores ainda têm de analisar destaques ao texto. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou a votação desses trechos separados.

Pacheco decidiu que discutirá, com os líderes, a possibilidade de votação ainda hoje ou na próxima semana. Após os destaques serem analisados, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O projeto é de autoria do deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), aliado do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e foi relatado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator também do Orçamento do ano que vem.

Coronel fez algumas mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara, o que fará com que o projeto tenha de voltar para uma última votação entre os deputados.

Mudanças

Entre as principais alterações está a permissão para o bloqueio de emendas parlamentares. A outra, aumenta o número de emendas de bancada a que cada Estado terá direito de oito para 10. O retorno do dispositivo que permite o bloqueio das emendas foi negociado com o governo federal, segundo o senador.

“Fica autorizado o contingenciamento e o bloqueio de dotações de emendas parlamentares até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias, com vistas a atender ao disposto nas normas fiscais vigentes”, estabeleceu.

O texto vindo da Câmara permitia apenas o contingenciamento dessas despesas. Raulo Rodrigues (PT-AP), líder do

Pedro França/Agência Senado

RESULTADO	DESCRIÇÃO	ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS			
SIM 46 NÃO 18 ABSTENÇÃO 1 PRESIDENTE 1 QUORUM 66 Votação Aberta Quorum Qualificado	Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.	PSD	SIM	Minoria	LIVRE
		PL	LIVRE	Governo	SIM
		MDB	SIM	Oposição	LIVRE
		PT	SIM	Banc Fern	
		PP	LIVRE		
		UNIÃO	SIM		
		Podemos	LIVRE		
		PSB	SIM		
		Republica	SIM		
		PDT			
NOVO	NÃO				
PSDB					
Maioria					

O Novo foi o único partido a orientar votação contrária ao projeto que traz novas regras para liberação de emendas parlamentares



Fica autorizado o contingenciamento e o bloqueio de dotações de emendas parlamentares até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias"

Angelo Coronel, relator do PL das emendas

governo no Congresso, pediu no plenário do Senado uma alteração para que a palavra “bloqueio” fosse substituída por “medidas de contenção”.

A outra alteração principal

é sobre a divisão das emendas de bancada. Pelo texto vindo da Câmara, as bancadas estaduais, a depender do tamanho, poderiam dividir o montante total a que têm direito (cerca de R\$ 600

milhões) em quatro a oito emendas. Coronel mudou esse dispositivo e determinou que todas as bancadas possam dividir o dinheiro em até 10 emendas.

O relator também sugeriu uma mudança nos limites para o crescimento das emendas parlamentares.

“Quanto aos limites de crescimento das despesas com emendas, entendemos ser importante incluir uma ressalva não só para emendas de correção de erros e omissões, mas também para emendas de bancada estadual e de comissão voltadas a projetos de interesse nacional ou regional, sem localização específica”, argumentou o relator, retirando

do teto de crescimento as emendas de bancada.

Liberação

Deputados e senadores tentam convencer o Supremo a liberar a execução das emendas. O repasse desses recursos está suspenso desde agosto, quando Dino determinou que o Congresso e o governo dessem mais transparência e rastreabilidade para o envio das verbas aos municípios. A decisão do magistrado abriu uma crise entre os Poderes e, desde então, representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário têm negociado uma saída. (Agência Estado)

Confiança no apoio para fim da escala 6x1

» CAMILA CURADO

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) está confiante no “apoio irrestrito” do governo federal à proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim jornada 6 x 1 — seis dias de trabalho e um de folga.

A parlamentar se encontrou, ontem, com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para pedir respaldo do Executivo ao texto. “A reunião foi muito boa. O ministro nos deu as felicitações por toda a mobilização, do movimento que fizemos. Disse que essa é, sim, uma pauta importante para o governo, que nós podemos contar com o governo e que todos os esforços necessários para o aperfeiçoamento, encaminhamento, e que a PEC tenha bom futuro estão assegurados”, afirmou, em entrevista coletiva. “Foi uma reunião positiva, com bons saldos no final.”

Segundo Hilton, Padilha contou que não conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do tema, mas “disse que, pela trajetória do presidente, pelos compromissos em torno do debate trabalhista, essa com certeza é uma pauta tranquila com o presidente”.

“Espero que o governo tenha uma articulação não só do ponto de vista do Congresso, mas também nos ajude a pensar em comitês, organizar setores, ouvir setores para que a gente possa estruturar sem deixar dúvida, preocupações, nenhuma vírgula solta fora do lugar”, acrescentou a deputada.

Autora da PEC, Hilton conseguiu obter bem mais do que as 171 assinaturas necessárias para apresentar o texto. Até o início da noite de ontem, havia 216 signatários. Em entrevista na Câmara, antes do encontro com Padilha, ela informou que

Camila Curado



Erika Hilton (PSol-SP) anunciou que a PEC que acaba com a escala 6x1 tem assinatura de 216 deputados

Próximos passos

Após alcançar as 171 assinaturas necessárias para ser protocolada, a PEC será apresentada à Mesa Diretora da Câmara. Veja a tramitação:

» O presidente da Casa decide quando o texto será enviado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise de admissibilidade.

» Caso aprovada, será encaminhada a uma comissão especial para ser discutida, e pode receber emendas.

» Aprovada na comissão especial, a PEC é enviada ao

plenário da Câmara.

» No plenário, será votada em dois turnos e precisará do voto de três quintos dos deputados (308) para ser aprovada.

» Com resultado positivo nas votações, a medida deve ser apreciada em rito parecido pelo Senado, com votação em dois turnos, sendo necessária a aprovação de três quintos dos senadores (49).

» Se esse processo ocorrer sem alterações, o texto vai à sanção. Se houver mudanças, voltará para a Câmara.



Estamos felizes com a repercussão que tivemos nos nas redes sociais, mas também estamos felizes com a repercussão que esse tema teve aqui na Casa"

Erika Hilton, deputada

anunciou que seu partido assinará a PEC de forma integral. Outra bancada que se comprometeu integralmente com a proposta, além do PSol, foi o PCdoB.

Coautor da PEC, Guilherme Boulos (PSol-SP) destacou as diferentes ideologias partidárias se unindo pela mesma causa. “Por exemplo, o retorno que o deputado Elmar Nascimento deu, de ao menos 40 assinaturas da bancada do União Brasil que já estão sendo colhidas neste momento. Deputados do Republicanos, do PP, deputados que não necessariamente votam com o governo e que frequentemente não votam com a esquerda, já sinalizaram, não apenas na assinatura, como o compromisso com o mérito”, discursou o psolista.

Quanto às forças políticas do Congresso, Hilton ressaltou: “Boa parte dizia que a esquerda estava morta, e esta pauta mostrou que a esquerda está viva, organizada e com capacidade de unir a classe trabalhadora”.

Ela confirmou que ainda vai dialogar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) antes de dar andamento à tramitação da proposta na Casa. (com Agência Estado)

Caminho livre para Motta

» ISRAEL MEDEIROS
» JÚLIA PORTELA

A definição sobre a disputa pela Presidência da Câmara dos deputados foi feita ontem, faltando mais de 2 meses para a eleição. Os dois candidatos com alguma capacidade de reunir apoio contra a candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato de Arthur Lira (PP-AL) anunciaram, quase simultaneamente, que desistiriam da disputa em troca de favores políticos que não foram detalhados.

Antonio Brito (PSD-BA) foi o primeiro. Depois de uma reunião com a bancada do PSD e com a presença do presidente da sigla, Gilberto Kassab, o congressista baiano anunciou que deixaria a disputa. “Após conversas com o candidato Hugo Motta, das proporcionalidades, e do cumprimento do tamanho do partido na Casa, a bancada decidiu por proposta minha retirar a candidatura do presidente da Câmara”, afirmou.

Em troca da desistência, o PSD vai manter sua influência em comissões importantes da Casa e deve presidir a Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2025. “Não pedimos nada a mais do que a bancada teria na Casa. A bancada do PSD segue unida e agora vamos avançar pelo bem da Câmara e pelo bem do país”, disse Brito.

Interesses

O deputado também assumiu o segundo maior bloco da Câmara, formado por MDB, PSD, Republicanos (partido de Hugo Motta) e Podemos. O grupo tem 146 deputados.

Antonio Brito havia recebido recentemente o apoio de outro candidato baiano: Elmar Nascimento (União Brasil-BA), que havia sido cotado para ser o candidato de Lira. Pouco depois do anúncio de Brito, Elmar Nascimento reuniu a bancada do União Brasil às pressas e anunciou que também sairia da disputa. “Vocês sabem das nossas intenções e eu sempre serei devedor de vocês porque sempre tive o crédito de poder conduzir da melhor forma possível”.

Mas não poderia deixar de colocar acima de tudo os interesses do partido”, disse a correligionária ao lado de Hugo Motta.

Em teoria, a adesão do União Brasil a Motta dá ao congressista mais 59 votos. A soma dos deputados nas bancadas que já apoiam o candidato de Lira é de 488, o que praticamente lhe assegura a vitória (são necessários votos de 257 dos 513 deputados para vencer).

Elmar Nascimento disse, também, que o União Brasil será uma das legendas “mais agradecidas” na gestão de Hugo Motta. Elogiou o colega e disse que confia nele para que a Câmara reafirme sua autonomia perante os demais Poderes “sem abaxar a cabeça”. O presidente do União Brasil, Antonio Rueda, também estava presente. Disse que o partido está frustrado pela retirada da candidatura, mas que entende a “grandeza” do ato de Elmar. Também disse que Antonio Brito merece o respeito da sigla.

Hugo Motta, por sua vez, afirmou que a desistência de Elmar Nascimento é um dos momentos “mais simbólicos” de sua campanha. “Esse gesto seu para mim tem um valor muito grande. Um valor não só de confiança, de amizade, de credibilidade, mas um valor sentimental porque sei o quanto você lutou por isso. E estar aqui ao lado da sua bancada, recebendo seu apoio aumenta ainda mais a minha responsabilidade para com a bancada do União Brasil e para com a sua pessoa”, pontuou Motta.